

Expediente

Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFPR)

revistaacaomidiatica@gmail.com

ISSN: 2238-0701

Ed. 32 – jul./dez. 2026

AÇÃO MIDIÁTICA - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura é a publicação científica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Com periodicidade semestral, propõe-se a permitir o debate sobre a pesquisa em comunicação. A publicação contempla artigos relacionados a dossiês temáticos, seções com temas livres e resenhas. O periódico é destinado a pesquisadores, profissionais, professores e estudantes da área, bem como dos campos que apresentam interface com a comunicação.

Editores:

Luciana Panke

Marcelo Garson

Editores:

Luciana Panke

Marcelo Garson

Comitê Editorial:

Aryovaldo de Castro Azevedo Junior, UFPR, Brasil

Celsi Bronstrup Silvestrin, UFPR

Claudia Irene de Quadros, UFPR, Brasil

Fabio Hansen, UFPR, Brasil

Glaucia da Silva Brito, UFPR, Brasil

João Somma Neto

José Manuel Losada, Universidad Complutense, Espanha

Kati Caetano, UTP, Brasil

Luciana Panke, PPGCom - UFPR, Brasil

Myrian Del Vecchio de Lima, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Regiane Regina Ribeiro, UFPR

Rosa Maria Cardoso Dalla Costa, UFPR

Comitê Científico

Adolpho Queiroz, MACKENZIE

Carlos Federico Gonzalez Perez, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina

Cleusa Maria Scroferneker, PUCRS
Cristina Coriasso Martín-Posadillo
Dina Maria Martins Ferreira, UECE, Brasil
Mônica Cristine Fort, UTP, Brasil
Nadja Vladi Cardoso Gumes, UFRB
Sérgio Luiz Gadini, UFPR
Suely Scherer, UFRJ

Assistência Editorial:

Daniele Ferreira Paiva
Daniella Paula Rodrigues
Karina Pierin Ernsen Alves
Lucas de Mendonça Azevedo
Michelle Einsiedel Costa Ferreira
Murilo Carlos de Castro
Thiago Fedacz Anastacio
Victor Finkler Lachowski

Pareceristas desta edição:

André Custódio Pecini
Camila Andrade
Camila Freitas Siqueira
Camila Hartmann
Carla Etienne Mendonça da Silva
Carla Montuori Fernandes
Cloves Luiz Pereira Oliveira
Criselli Maria Montipó
Daiana Maria Veiga Sigiliano
Dalby Dienstbach Hubert
Eurico Matos
Fernanda Nascimento
Francielle Maria Modesto Mendes
Gerardo Novo
Haroldo Ferreira Lima
Igor Lucas Ries

Issaaf Karhawi
Jenifer Grieger
João Damasio da Silva Neto
José Alfredo Andrade García
Kátia Aparecida Bizan França
Luciana Panke
Luciane Leopoldo Belin
Luiz Antonio Signates Freitas
Luiz Rogério Lopes Silva
Luiza Carolina dos Santos
Marcio Telles da Silveira
Maria Alzira Brum Lemos
Marina Alvarenga Botelho
Mayka Juliana Castellano Reis
Mércia Kaline Freitas Alves
Monica Cristine Fort
Nathália de Sousa Fonseca
Paula Gorini Oliveira
Priscila Gonçalves Magossi
Raquel Lobão Evangelista
Rodrigo Eduardo Botelho-Francisco
Sandra Portella Montardo
Tatiana Maria Silva Galvão Dourado
Tatiana Regina Gomes de Amorim
Victor Rabello Piaia



Apresentação

LUIZA CAROLINA DOS SANTOS¹,
RODRIGO BOTELHO-FRANCISCO²

Em 2017, o artista plástico e cineasta sírio Abdalla Al Omari chamou atenção ao representar líderes globais não como figuras soberanas, blindadas pela liturgia do Estado, mas como sujeitos expostos à precariedade, ao exílio e à perda de agência. Em *The Vulnerability Series*, ele buscou deslocar o olhar habitual sobre o poder com imagens como as de Angela Merkel e Donald Trump, em uma inversão ética e política: pessoas que usualmente encarnam autoridade, controle e decisão aparecem atravessados por fragilidade, deslocamento e desamparo. O gesto artístico, longe de reduzir a vulnerabilidade à fraqueza, revela-a como condição de reconhecimento, como experiência capaz de romper a distância entre quem observa e quem sofre. Ao reconhecer esta expressão da arte, este editorial parte da compreensão da vulnerabilidade como expressão de arquiteturas de poder que distribuem assimetricamente reconhecimento, exposição, dano e proteção.

¹ Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pós-doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Information Med Lab (InfoMedia). Email: luizacdsantos@gmail.com.

² Livre-docente em Informação e Tecnologia e Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado na Universidad Complutense de Madrid e na Universitat Autònoma de Barcelona. Diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas e Professor Associado do Departamento de Ciência e Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Líder do Grupo de Pesquisa Information Med Lab (InfoMedia). Email: rodrigobotelho@ufpr.br.

Imagem 1: Representações de Donald Trump e Angela Merkle em The Vulnerability Series, 2017, Abdalla Al Omari



Fonte: <https://www.publico.pt>³

Em uma sociedade hiperconectada, as vulnerabilidades digitais constituem um objeto de pesquisa incontornável para os estudos de Internet, cibercultura e plataformas digitais. A passagem de uma compreensão centrada no acesso — que se expressa historicamente por noções como exclusão, brecha ou inclusão digital — para abordagens voltadas às infraestruturas, aos regimes de visibilidade e à governança algorítmica amplia o campo de análise sobre os modos como sujeitos e coletividades se relacionam com as tecnologias digitais. Nesse contexto, as plataformas não são ambientes neutros de interação, mas infraestruturas sociotécnicas que organizam fluxos de informação, modelam condutas, hierarquizam visibilidades, monetizam dados e participam da produção de desigualdades. Em ambientes plataformizados, as abordagens de gênero tornam-se, portanto, fundamentais, pois permitem compreender como as assimetrias já presentes na vida social são reinscritas, intensificadas ou reconfiguradas nesses espaços. Pensar gênero nesse contexto significa compreendê-lo menos como atributo individual dos sujeitos do que como princípio organizador das relações sociais e das assimetrias de poder que atravessam as infraestruturas digitais.

No plano conceitual, as vulnerabilidades digitais vêm sendo formuladas como uma perspectiva científica capaz de articular dimensões técnicas, sociais, culturais, econômicas, políticas e subjetivas da experiência digital. Em Botelho-

³ Disponível em <https://www.publico.pt/2017/06/28/p3/fotogaleria/e-se-os-lideres-mundiais-fossem-refugiados-386458>. Acesso em 14/07/2026.

Francisco (2025), o conceito é proposto como lente multidimensional para observar a transformação digital, as plataformas e a plataformização para além de um modelo binário baseado apenas em ter ou não ter acesso às tecnologias. Trata-se de compreender os riscos, danos, insuficiências e assimetrias que emergem das relações entre sujeitos, instituições, infraestruturas e sistemas computacionais. Em Kaun *et al.* (2026), por exemplo, as vulnerabilidades digitais são pensadas a partir da dependência crescente de infraestruturas digitais, especialmente em domínios de bem-estar social, sendo organizadas em camadas, observadas nas, por meio das e das próprias infraestruturas digitais. Em conjunto, essas abordagens demonstram a potência do conceito para campos como a Ciência da Informação, os estudos de Ciência e Tecnologia, as Políticas Públicas, a Educação, a Saúde, o Direito, a Computação Social e estudos de gênero. Na Comunicação, reafirmam sua centralidade, com atenção especial às mediações, aos regimes simbólicos, às disputas de sentido e às formas contemporâneas de produção social do dano.

Apesar de ainda marcada por fragmentação conceitual, desigualdade de objetos e necessidade de maior consolidação teórico-metodológica, a pesquisa sobre vulnerabilidades digitais é um campo em expansão. Como uma agenda de pesquisa, podem ser observadas no deslocamento do debate de uma noção instrumental de acesso para uma análise situada das formas de exposição, dependência, exploração e exclusão que atravessam grupos sociais diversos. Nesse sentido, Longoria *et al.* (2022), ao mapear sistematicamente a lacuna digital em relação a gênero, idade, etnia e deficiência, demonstram que desigualdades digitais não podem ser reduzidas à conectividade, pois envolvem competências, recursos, contextos socioculturais, condições de uso e oportunidades de participação. Por sua vez, Pérez-Escolar e Canet (2022), ao propor uma estrutura taxonômica para a pesquisa sobre pessoas vulneráveis e inclusão digital, reforçam a necessidade de compreender a inclusão como processo social complexo, dependente de condições materiais, educativas, motivacionais e culturais. Trabalhos como esses evidenciam a necessidade de ampliar estudos sobre comunidades vulnerabilizadas e perspectivas interseccionais, especialmente quando gênero, raça, classe, sexualidade, idade, deficiência e territorialidade se combinam na produção de riscos e danos, em particular em contextos do Sul Global.

Entre os diferentes grupos socialmente vulnerabilizados, mulheres ocupam posição particularmente significativa nesse debate. A literatura demonstra que elas figuram entre os principais alvos de discursos de ódio e de formas

recorrentes de violência mediadas por plataformas (Lucas; Gomes; Salvador, 2020; Parekh, 2012), sendo atravessadas por condutas e discursos de desumanização, ridicularização e silenciamento (Leite; Botelho-Francisco, 2026). Essas violências compreendem práticas como assédio, *stalking*, *doxxing*, divulgação não consentida de imagens íntimas, perseguição coordenada e outras formas de intimidação que frequentemente deixam de ser reconhecidas como violência justamente em razão de sua naturalização nas culturas digitais (Richardson-Self, 2018; Marwick; Caplan, 2018).

Não por acaso, a literatura busca nomear esse fenômeno através da formulação de conceitos específicos há mais de uma década, como *gendered cyberhate*, *gendered e-bile*, *cybersexism* ou *gendertrolling*, em uma tentativa de evidenciar que a violência digital contra mulheres apresenta características próprias, relacionadas à reafirmação de hierarquias de gênero e à tentativa de restringir sua participação em espaços públicos digitais (Mantilla, 2013; Poland, 2016; Jane, 2017). Nesse sentido, esse contexto também se relaciona diretamente com a emergência de grupos masculinistas online, que fazem uso estratégico da arquitetura das plataformas digitais para difusão de narrativas em torno da inferioridade feminina.

Essas dinâmicas extrapolam o âmbito da violência interpessoal. A literatura recente indica o crescimento de fenômenos como a violência política de gênero e a desinformação de gênero, caracterizados por campanhas coordenadas de difamação, manipulação sintética de imagens, sexualização, ataques reputacionais e outras estratégias destinadas a limitar a participação pública de mulheres, jornalistas, pesquisadoras, ativistas e representantes políticas (Judson, 2021; Di Meco, 2019). Seus efeitos vão além dos danos individuais, produzindo autocensura, abandono de plataformas, retração da participação política e redução da pluralidade do debate público, razão pela qual tais fenômenos devem ser compreendidos não apenas como um problema das mulheres, mas como um desafio para a democracia contemporânea (Jane, 2017; Sessa, 2020).

As vulnerabilidades de gênero constituem, nesse sentido, um ponto privilegiado de observação das transformações contemporâneas das plataformas digitais. Ao incidir sobre corpos historicamente mais expostos à vigilância, ao controle e à violência, elas tornam visíveis mecanismos sociotécnicos que frequentemente permanecem opacos. Investigar as vulnerabilidades digitais de gênero significa, portanto, compreender como

infraestruturas, práticas das culturas digitais e relações de poder coproduzem formas desiguais de participação, reconhecimento e dano.

É nesse contexto que se insere o Dossiê Temático “Vulnerabilidades digitais & gênero: contextos e desafios contemporâneos”, com o propósito de contribuir para a consolidação desta agenda a partir do campo das Ciências da Comunicação. O dossiê busca reunir investigações teóricas, empíricas e metodológicas sobre as formas de vulnerabilização de mulheres e de sujeitos marcados por questões de gênero em plataformas digitais. A partir dessa proposta, o dossiê articula um conjunto de interesses que vem sendo explorados no contexto do Grupo de Pesquisa *Information & Media Lab (InfoMedia)*.

Sua origem vincula-se ao estágio pós-doutoral da professora Luiza Carolina dos Santos, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), focado nas relações entre cultura da Internet e a violência contra mulheres e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ao mesmo tempo, a proposta se soma aos esforços da agenda de pesquisa sobre Vulnerabilidades Digitais do *InfoMedia*, na qual o conceito vem sendo trabalhado a partir de abordagens interdisciplinares, vinculada principalmente a dois projetos de pesquisa em andamento: “Taxonomia das vulnerabilidades digitais em contextos de plataformas”, aprovado no âmbito do CNPq, e “Transformação e vulnerabilidades digitais no Estado do Paraná”, apoiado pela Fundação Araucária.

Os artigos que integram este dossiê respondem à chamada ao assumirem as vulnerabilidades digitais e de gênero como fenômenos comunicacionais, sociotécnicos, políticos e culturais, observados em diferentes plataformas, práticas e regimes de visibilidade. Em conjunto, os textos deslocam a discussão da violência contra mulheres e sujeitos dissidentes de uma leitura episódica ou individualizada para uma abordagem situada nas dinâmicas contemporâneas da Internet, da cibercultura, da plataformização e das disputas por reconhecimento, autoridade e legitimidade pública. A partir de objetos diversos evidenciam que a vulnerabilidade digital não se limita ao risco técnico, mas envolve formas de exposição, estigmatização, apagamento, desinformação, assédio, sexualização, difamação, controle e resistência.

A composição selecionada organiza um cenário analítico que pode ser observado a partir de lentes complementares. Uma primeira, dedicada às

narrativas de desinformação, pânico moral e disputas antigênero, mostra como enquadramentos comunicacionais podem produzir vulnerabilização ao deslegitimar direitos, identidades, diagnósticos e experiências femininas. Neste movimento, Guilherme Popolin, em “Aborto, agenda antigênero e vulnerabilidades digitais em grupos bolsonaristas no Telegram”, analisa como imagens circuladas em grupos e canais bolsonaristas produzem pânico moral, criminalização simbólica do aborto, apagamento de vítimas de violência sexual e reinscrição normativa da maternidade. Já Krystal Urbano, Aline Goneli de Lacerda e Camila Goneli Passareli, em “Entre a invisibilidade diagnóstica e as vulnerabilidades digitais: narrativas desinformativas sobre o autismo feminino no YouTube”, deslocam o debate para o campo da saúde, examinando como a busca por reconhecimento do autismo em mulheres adultas se cruza com simplificações diagnósticas, generalizações de experiência e construção de autoridade baseada em relatos pessoais. Por sua vez, Fernanda Lira e Fabiana Moraes, em “‘O mal que o feminismo representa’: uma análise do pânico moral nas narrativas antifeministas do Instagram”, investigam narrativas moralizantes disseminadas por mulheres no Instagram, demonstrando como o feminismo é apresentado como ameaça social e como essa operação discursiva tensiona direitos e debates públicos sobre gênero. No artigo de autoria de Cristiane Bernardes, com o título “Performance discursiva das deputadas federais sobre violência política de gênero”, são examinadas as estratégias de comunicação e identidade política de parlamentares no *X* e *Instagram*, contrastando as performances discursivas feministas e antifeministas na abordagem em torno da violência política de gênero. Em conjunto, esses trabalhos mostram que disputas discursivas sobre gênero constituem mecanismos centrais de produção contemporânea da vulnerabilidade digital.

Uma segunda lente, voltada ao ódio, às masculinidades reativas, à exploração sexual e à violência simbólica contra mulheres e dissidências, ilumina os ecossistemas discursivos, culturais e comunitários que sustentam a misoginia, a lesbofobia e a exploração sexual em ambientes digitais. Em “Vítima sacrificial do submundo da cibercultura”, Priscila Magossi investiga o mercado as práticas de *webcamming* e pornografia digital, compreendendo as trabalhadoras a partir do conceito de “vítimas sacrificiais” capturadas por um sistema neoliberal que lucra com a vulnerabilidade estrutural e o adoecimento psíquico feminino. Maria Clara Soares Rodrigues e Karina Gomes Barbosa, em “Vulnerabilidade na plataforma digital: uma análise dos discursos de ódio contra lesbianidades no Instagram”, examinam comentários em publicação jornalística

sobre um caso de lesbofobia, identificando constelações de sentido que explicitam o continuum entre violência social e violência digital contra lesbianidades. Já Erick Felinto e Bernardo Demaria Ignácio Brum, no trabalho intitulado “Literalmente eu: a misoginia pop do Cinema Sigma”, analisam como comunidades da manosphere se apropriam de filmes populares, arquétipos masculinos, cultura memética e repertórios da guerra cultural para produzir identificações ressentidas e discursos misóginos. Ainda neste caminho, Júlia Silveira de Araújo, em “A machosphere como ecossistema discursivo: ressentimento, antifeminismo e masculinidades reativas no ambiente digital”, propõe uma leitura da machosphere como formação discursiva composta por comunidades como incels, redpill, MGTOW e PUAs, nas quais ressentimento, controle e dominação são reatualizados sob a aparência de racionalidade e de reação às transformações nas relações de gênero. Mais do que expressões marginais da cultura digital, esses ecossistemas demonstram como plataformas participam da organização coletiva da misoginia e de outras formas de violência baseada em gênero.

Centrada na platformização, na violência tecnológica, na denúncia e na governança, uma terceira lente evidencia como infraestruturas digitais, tecnologias emergentes, materialidades de plataformas e respostas institucionais participam tanto da produção do dano quanto das possibilidades de enfrentamento. Com este olhar, Fernanda Cavassana, Diego Granja do Amaral e João Pedro Gomes Ribeiro, em “Deepfakes e platformização: a violência digital de gênero como fenômeno transnacional”, discutem a violência digital pornográfica contra mulheres por meio de deepfakes, situando-a como fenômeno global intensificado pelas lógicas de circulação e monetização das plataformas. Carolina Dantas de Figueiredo, em “Política e violência de gênero: deepfakes como dispositivo de violência de gênero nas eleições”, analisa casos das eleições brasileiras de 2022 e 2024 para demonstrar como conteúdos manipulados operam como táticas de desinformação, sexualização, difamação e intimidação de mulheres na política. Maria Clara Aquino, em “Denúncia mediada: materialidades do Instagram e a exposição da violência contra mulheres”, observa como mulheres mobilizam recursos visuais, textuais e performáticos da plataforma para tornar públicas experiências de violência e disputar narrativas de denúncia. E, por fim, Elaine Schmitt e Cristina Scheibe Wolff, em “Ciber-desafios por uma lente crítica de gênero: comparação Brasil–Itália”, ampliam o enquadramento para o plano legislativo, político e educacional, propondo uma análise comparativa das violências digitais de

gênero e da necessidade de estratégias transnacionais de responsabilização, políticas públicas e educação midiática. Os estudos reunidos nessa perspectiva evidenciam que governança, arquitetura técnica e materialidades tecnológicas são dimensões inseparáveis das políticas contemporâneas de proteção e vulnerabilização.

Tomadas em conjunto, essas três lentes representam o dossiê como um percurso: das narrativas que vulnerabilizam, aos ambientes que legitimam a violência, até as mediações técnicas e políticas que moldam seus efeitos e suas respostas. A seleção evidencia a vitalidade do tema e, ao mesmo tempo, os desafios colocados à pesquisa contemporânea em Comunicação. Os artigos demonstram que as vulnerabilidades digitais de gênero emergem em contextos heterogêneos, mas interligados: disputas morais sobre direitos reprodutivos, desinformação em saúde, antifeminismo de plataforma, lesbofobia, culturas masculinistas, manipulação sintética de imagens, violência política, denúncia pública e regulação transnacional. Também revelam que as plataformas não podem ser compreendidas apenas como ambientes de circulação, mas como infraestruturas que organizam visibilidades, modelam interações, modulam afetos, dificultam responsabilizações e, muitas vezes, convertem o dano em engajamento. Nesse sentido, o dossiê aponta para uma agenda de pesquisa que exige maior articulação entre análise de discursos, estudos de plataforma, crítica feminista, governança digital e atenção às dimensões interseccionais das vulnerabilidades.

Retomando as expressões artísticas citadas na abertura deste editorial, se as imagens de Angela Merkel e Donald Trump em *The Vulnerability Series* deslocam os poderosos para a condição de sujeitos expostos, os textos deste dossiê fazem o movimento inverso e complementar: revelam como sujeitos historicamente vulnerabilizados são expostos por arquiteturas digitais que, muitas vezes, permanecem invisíveis em sua própria potência de produzir dano. Ao interrogar gênero, plataformas e vulnerabilidades digitais, este dossiê convida a olhar para além da superfície dos conteúdos e a reconhecer, nas engrenagens técnicas e simbólicas, as formas contemporâneas de fragilização, mas também de denúncia, resistência e reconstrução do comum.

Associado à publicação deste dossiê, a Revista Ação Midiática apresenta também um conjunto de artigos dedicados a reflexões sobre temas diversos da comunicação, mantendo-se atenta às demandas emergentes no campo.

A publicação agradece o apoio recebido durante o processo editorial, com destaque para o Setor de Periódicos da UFPR, os Comitês Editorial e

Científico, os discentes que atuaram na assistência editorial e aos pareceristas pela leitura criteriosa dos textos. Boa leitura!

Bibliografia

- AL OMARI, Abdalla. **The Vulnerability Series**. Abdalla Al Omari, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.abdallaomari.com/the-vulnerability-series-2017>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo Eduardo. **Transformação, plataformas e vulnerabilidades digitais: proposição de uma abordagem para estudos de tecnologia**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 31, e-146123, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.146123>.
- DI MECO, Lucina. **Gendered disinformation, fake news, and women in politics**. Council on Foreign Relations, New York, 6 dez. 2019. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/gendered-disinformation-fake-news-and-women-politics>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- JANE, Emma A. **Feminist flight and fight responses to gendered cyberhate**. In: SEGRAVE, Marie; VITIS, Laura (org.). **Gender, technology and violence**. New York: Routledge, 2017. p. 45-61.
- JUDSON, Ellen. **Gendered disinformation: 6 reasons why liberal democracies need to respond to this threat**. Heinrich Böll Stiftung – European Union, Brussels, 2021. Disponível em: <https://eu.boell.org/en/2021/07/09/gendered-disinformation-6-reasons-why-liberal-democracies-need-respond-threat>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- KAUN, Anne; ARNELID, Maria; FALK, Petter; ENLUND, Desirée; JOHNSON, Ericka; MÖRTSELL, Sara; SUNDIN, Olof; STIERNSTEDT, Fredrik. **Digital vulnerabilities**. Media, Culture & Society, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1177/01634437261446790>.
- LEITE, Raquel Pereira Rodrigues; BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo Eduardo. **Misoginia e discurso de ódio: um estudo netnográfico no WhatsApp**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 49, e2026126, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442026126pt>.
- ALVAREZ-ICAZA LONGORIA, Inés; BUSTAMANTE-BELLO, Rogelio; RAMÍREZ-MONTOYA, María Soledad; MOLINA, Arturo. **Systematic mapping of digital gap and gender, age, ethnicity, or disability**. Sustainability, v. 14, n. 3, 1297, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su14031297>.
- MANTILLA, Karla. **Gender trolling: misogyny adapts to new media**. Feminist Studies, College Park, v. 39, n. 2, 2013. p. 563-570.
- MARWICK, Alice E.; CAPLAN, Robyn. **Drinking male tears: language, the manosphere, and networked harassment**. Feminist Media Studies, Abingdon, v. 18, n. 4, 2018. p. 543-559.
- PAREKH, Bhikhu. **Is there a case for banning hate speech?** In: HERZ, Michael; MOLNAR, Peter (org.). **The content and context of hate speech: rethinking regulation and responses**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 37-56.
- PÉREZ-ESCOLAR, Marta; CANET, Fernando. **Research on vulnerable people and digital inclusion: toward a consolidated taxonomical framework**. Universal Access in the Information Society, 2022. p. 1-14. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10209-022-00867-x>.
- POLAND, Bailey. **Haters: harassment, abuse and violence online**. Lincoln: Potomac Books, 2016.
- SESSA, Maria. **What is gendered disinformation?** Heinrich Böll Foundation; Israel Public Policy Institute, Tel Aviv, 2022. Disponível em: <https://il.boell.org/en/2022/01/26/what-gendereddisinformation>. Acesso em: 13 jul. 2026.

Recebido em: 15/07/2026

Recebido em: 15/07/2026